

DEU NA IMPRENSA

10 de março de 2015

Diário de S.Paulo

Centrais e empresários se unem contra ajustes

Sindicatos e setor produtivo insistem que mudanças nos benefícios trabalhistas só podem ser alterados por projeto de lei e não com Medida Provisória, como pretende a presidente

Fernanda Uehara
fernandaua@diariosp.com.br

Normalmente eles estão em lados opostos, mas, ontem, as principais centrais sindicais do país e empresários se uniram para tentar derrubar, no Congresso, as Medidas Provisórias editadas pela presidente Dilma Rousseff que altera as regras de acesso a benefícios trabalhistas.

O encontro, na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), tinha como objetivo principal discutir a conjuntura econômica atual no país, mas o debate entre os cerca de 250 participantes se concentrou nas mudanças no seguro-desemprego, abono salarial e pensões por morte.

Além de manter a pressão para que deputados e senadores derrubem as MPs na votação, foi definida ainda uma nova estratégia: convencer os presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a devolver as Medidas Provisórias ao Palácio do Planalto e obrigar que a presidente Dilma Rousseff envie ao Congresso projetos de lei para ratificar as alterações. Isso já aconteceu na semana passada com a MP que previa subir a alíquotas da contribuição previdenciária e acabava com a desoneração da folha de pagamento.

Segundo a Força Sindical, "a reunião foi muito representativa". "Deemos o primeiro passo ao falar sobre os trabalhadores e as empresas", disse



Miguel Jorge discursando enquanto é observado nos telões pelos empresários da Fiesp

Miguel Torres, presidente da central. "Tanto trabalhadores quanto os empresários tiveram pontos em comum a defender", continuou.

O fim do programa de desoneração da folha de pagamento, que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, chegou a classificar como uma brincadeira do governo que não garantiu empregos, também foi alvo de muita reclamação dos empresários.

"Tal medida é tão prejudicial às

empresas quanto as Medidas Provisórias são aos trabalhadores", reafirmou Miguel Torres.

Foi definida ainda a criação de uma comissão formada por sindicalistas e representantes do setor produtivo para discutir a taxa de juros e o corte de gastos do governo. "Essa comissão terá uma nova pauta na qual discutiremos os passos seguintes a serem tomados e debate de outros problemas", informou o sindicalista.

O Globo

Empresários e sindicalistas criam frente contra ajuste

-SÃO PAULO- Empresários e sindicalistas reunidos ontem na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) anunciaram uma frente conjunta para tentar derrubar as medidas de ajuste fiscal do governo. Na mira, estão as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que alteraram as regras de benefícios como seguro-desemprego e auxílio-doença. Eles também vão criar um "comitê permanente" para tratar de questões como o aumento da carga tributária, dos juros e dos gastos públicos. Um documento será encaminhado à presidente Dilma Rousseff na próxima semana.

— Nosso movimento não é contra o governo, ou favor de qualquer partido. É uma união pelo Brasil — disse Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

Na reunião, estiveram presentes mais de cem empresários e representantes das seis maiores centrais sindicais do país.

— Não vamos aceitar mais aumentos de impostos e retrocessos nos benefícios. Se o governo quiser ajustar suas contas, terá que fazer por meio de redução de ministérios e de cargos comissionados — disse Carlos Pastoriza, da Abimaq.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, destacou a importância de ter os empresários ao lado dos trabalhadores contra as MPs.

— É uma luta democrática. Estamos construindo uma ação conjunta, montando uma pauta unitária pelo bem do Brasil — disse o sindicalista, que confirmou a manifestação contra as MPs, marcada para o próximo dia 23. (Lino Rodrigues) ●

Folha de S.Paulo

Empresas e centrais criam comitê para cobrar governo

DE SÃO PAULO

A Fiesp (federação das indústrias paulistas), sindicatos patronais de diferentes segmentos e representantes de seis centrais sindicais decidiram fazer ações em parceria contra medidas provisórias que retiram direitos dos trabalhadores e projeto de lei que o governo prepara para aumentar impostos.

Cerca de 150 empresários e trabalhadores aprovaram nesta segunda a criação de um comitê permanente para estudar medidas emergenciais para a economia e cobrar do governo redução de juros, corte de gastos e não

elevação de impostos.

O grupo enviará um documento à presidente Dilma Rousseff sobre o movimento e pedirá que recue nas medidas já anunciadas que podem afetar o custo das empresas e o emprego na indústria.

Não estão previstas manifestações, mas também não estão descartadas, disse Miguel Torres, presidente da Força Sindical.

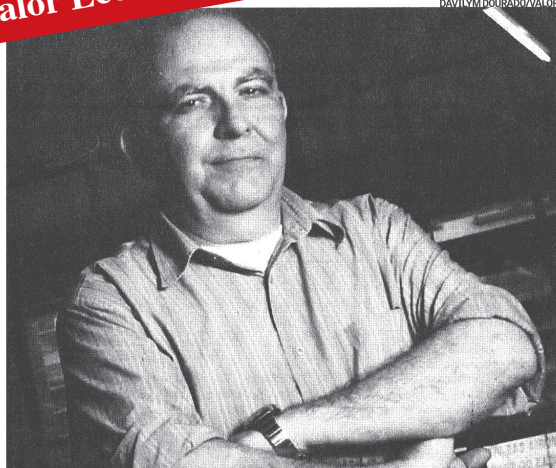
Também integram o movimento CUT, UGT, CGTB, CTB e CSB.

Entidades empresariais que anunciaram na semana passada outro movimento a favor da indústria podem se fundir a esse movimento.

Agora SP

MEDIDAS PROVISÓRIAS
Centrais sindicais e Fiesp farão ação conjunta contra cortes em benefícios
Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), sindicatos patronais de diferentes segmentos e representantes de seis centrais sindicais decidiram fazer ações em conjunto para se posicionarem contra as medidas provisórias que retiram direitos dos trabalhadores. O governo será comunicado sobre os atos. (FSP)

Valor Econômico



Miguel Torres, da Força Sindical: outras agendas em comum serão discutidas

Centrais sindicais e empresas unem-se contra MPs

Camilla Veras Mota
De São Paulo

Representantes de cinco centrais sindicais e mais de cem lideranças empresariais decidiram ontem aliar-se contra as medidas provisórias 664 e 665, que restringem o acesso a pensões e seguro-desemprego, e 669, que reduz a desoneração da folha de pagamentos ao setor produtivo.

Em reunião na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) estiveram presentes líderes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores

(UGT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), além de outros 130 representantes empresariais, incluindo Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

A decisão de apoio recíproco entre as entidades trabalhistas e empresariais contra as medidas provisórias foi aprovada por unanimidade pelo presentes, afirma Canindé Pegado, secretário-geral da UGT. Segundo ele, a agenda de ações ainda não foi definida, mas já há indicativo de uma nova reunião na próxima semana.

"Essa unidade é importante.

Não existe empresa sem trabalhador e vice-versa", diz Miguel Torres, à frente da Força Sindical. Outras agendas em comum, segundo o sindicalista, serão discutidas através de um comitê conjunto, que também terá a função de propor sugestões para recuperar a economia.

No encontro, que durou cerca de duas horas, foi colocada ainda como consenso entre os presentes a necessidade de frear o aumento da carga tributária, a alta dos juros e as despesas do governo. Através de sua assessoria de imprensa, a Fiesp confirmou a união com as centrais contra as

medidas e a criação do comitê de ação permanente.

A MP 669 aumentaria as alíquotas de contribuição previdenciária sobre receita bruta para 56 setores produtivos. Para parte das empresas, o percentual aumentaria 1% para 2,5%; para outras, de 2% para 4,5%. Na terça-feira passada, entretanto, a medida foi devolvida ao governo federal pelo Senado, que declarou que ela seria inconstitucional.

As medidas 664 e 665, que aumentam o período de carência para o pedido de pensões e do seguro-desemprego, devem ser votadas até o dia 2 de abril.